


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**
Processo nº: **1000529-60.2017.8.26.0566**Classe - Assunto **Anulação e Substituição de Títulos Ao Portador - Obrigações**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Maria Dória Neves Zanchim propõe ação contra Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A afirmando que nunca contratou com a ré entretanto recebeu ligação telefônica que afirmava ser devedora de um contrato de financiamento de um veículo. Afirmou ainda que não é titular de tal contrato e que desconhece o endereço em que realizado. Solicitou o encaminhamento do boleto e de cópia do contrato, mas não efetuou o pagamento por não ser a devedora.

A tutela de urgência foi deferida (fls. 29).

Em contestação (fls. 33/49), o réu impugnou os benefícios da AJG deferidos à autora. Refutou os argumentos diante da inexistência de reclamação prévia junto à instituição financeira; que houve exercício regular do direito de cobrar vez que a autora contraiu o empréstimo; inaplicabilidade da Súmula 479 do STJ.

Réplica a fls. 72/84.

O feito foi saneado a fls. 108/109, invertendo-se o ônus da prova.

A parte autora se manifestou a fls. 112/113 e juntou documentos (fls. 114/122). A parte ré, em atendimento ao quanto determinado no saneador, manifestou-se a fls. 123 e juntou documentos a fls. 124/135.

Instados a sobre eles se manifestar, a parte autora o fez a fls. 139/143, juntando ainda outros documentos que sobre eles, mesmo intimada, a parte ré não se manifestou (fls. 154).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, pois a prova documental é suficiente

**1000529-60.2017.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

As preliminares lançadas em contestação, em verdade referem-se ao mérito da presente ação e serão agora analisadas.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral.

A relação havida entre as partes é, inegavelmente, uma relação de consumo.

Desse modo, cabia à parte ré o ônus da prova acerca da regularidade da contratação e portanto da comprovação de que o contrato era válido.

A parte autora alegou, na inicial, que nunca firmou contrato com a instituição financeira e que recebeu telefone de cobrança, indevidamente.

A parte ré, por sua vez, que a cobrança é regular visto que houve a contratação e o contrato foi legitimamente firmado entre as partes mediante a apresentação de documentos pessoais da contratante.

Ocorre que da simples comparação dos documentos juntados a fls. 114/122, fls. 148/150, com aqueles juntados pela parte ré a fls. 124/135, torna-se claro que certamente as partes foram vítimas de estelionatários.

Vejamos as contradições:

Quando da realização do contrato, constou a informação de que a contratante tinha como local de trabalho, a empresa SENAC com endereço em São Paulo e sua admissão teria ocorrido em fevereiro/2015, entretanto, a Carteira Profissional juntada a fls. 117, comprova que ela foi admitida pelo SENAC, em junho/2010, com endereço em São Carlos.

Ademais, no RG utilizado para a contratação (fls. 133), é possível identificar a existência de foto de pessoa que não guarda qualquer similitude com a foto usada no RG da parte autora, juntado com a inicial. Manifesta ainda é a falta de semelhança entre os autógrafos da parte



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

autora e daquele lançado no contrato.

Cabia à instituição financeira contratante tomar os cuidados necessários para evitar que situações como esta ocorram.

Além disso, estipula o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 8º, que a segurança no fornecimento de produtos e serviços é inerente à atividade desenvolvida, devendo o fornecedor utilizar-se dos meios necessários para o efetivo fornecimento de um produto seguro ou para a efetiva prestação de um serviço seguro. É também dever do fornecedor que as transações estabelecidas com os consumidores desenvolvam-se de forma segura, eficiente, regular e confiável. Não deve, portanto, simplesmente alegar a culpa do cliente ou de terceiro.

Aplicável assim, a Súmula nº 479 do STJ: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

Ademais, não trouxe o requerido qualquer fato que justificasse a sua conduta, ou seja, não demonstrou que tomou todas as cautelas necessárias para prestar serviço de qualidade, de modo que não cumpriu com o seu ônus probatório, tanto a luz do direito comum (CPC, art. 373, II) como em face da legislação consumerista (CDC, art. 6º, VIII).

Firma-se então a premissa de que a contratação não ocorreu, o que torna inexigível o contrato, em relação à parte autora.

Quanto ao danos morais, no entanto, estes não são devidos.

O documento de fls. 144/147, comprova que a parte autora, em data anterior à distribuição desta ação, possuía anotação realizada pela empresa "Razek Equipamentos Ltda. (20/01/2017), o que afasta a indenização pedida, conforme Súmula 385 do E. Superior Tribunal de Justiça, a qual dispõe que: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

cancelamento”.

Há que se presumir como legítima tal anotação vez que a autora nada trouxe aos autos que comprovasse a ilegitimidade. Assim, impossível a mitigação da mencionada Súmula, sendo indevidos os danos morais.

Assim JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação para (i) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes com relação ao contrato nº 20024999299 (ii) declarar inexistente a dívida discutida nestes autos em face da parte autora; (iii) confirmada a e tornada definitiva a liminar, determinar a parte ré que não faça lançamentos de novas cobranças e se abstenha de incluir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes referente ao contrato

Condeno a parte ré ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Condeno a parte autora em 50% das custas e despesas e ao pagamento de honorários aos advogados da parte ré em 10% sobre o valor da causa, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 20 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**